



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE

Identificação: CIDADES B1

Data: 24/11/2012

# Caos na Saúde: médicos vão denunciar Governo na OMS

## Classe também vai pedir ao Ministério da Saúde intervenção federal

Antônio Carlos Garcia  
DA EQUIPE JC

**P**edir intervenção federal junto ao Ministério da Saúde, denunciar o governo junto as Organizações Mundial de Saúde (OMS) e Pan-Americana de Saúde e ingressar com uma ação civil pública por dano coletivo na Justiça. Estas foram as três decisões anunciadas ontem pelas entidades médicas diante do caos na saúde de Sergipe e motivada pela iniciativa dos gestores do Hospital de Urgência de Sergipe (Huse) que pediram ao Conselho Regional de Medicina (CRM) a intervenção ética daquela unidade. As entidades médicas entendem que o problema do Huse é apenas a ponta de um iceberg e que toda a saúde, desde que passou a ser gerida pela Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), mergulhou num caos profundo.

A proposta de intervenção federal na pasta da saúde estadual partiu do presidente do Sindicato dos Médicos de Sergipe (Sindimed), João Augusto Oliveira, durante entrevista coletiva realizada pelo CRM, ontem, que reuniu entidades médicas para discutir a crise. João Augusto disse que vai se reunir com assessores jurídicos

para saber se os sindicatos e conselho podem, legalmente, pedir intervenção federal. Se não for possível, eles irão conversar com representantes do Ministério Público Estadual e Federal, além da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que a intervenção possa ser solicitada por estas instituições.

João Augusto entende que somente o Ministério da Saúde poderia fazer um trabalho isento e colocar a saúde de Sergipe nos eixos. "Não vai mudar nada se o trabalho for feito por pessoas indicadas pela Secretária da Saúde", afirmou. O presidente do Sindimed disse que não basta somente questionar a superintendência do Huse sobre os problemas na unidade, "mas aos demais dirigentes dos hospitais de Lagarto, Nossa Senhora do Socorro, Itabaiana, Propriá, Estância e Nossa da Glória, por exemplo, que não funcionam. Por que ninguém vai buscar informações com esses gestores?", questionou.

### Ação

O diretor clínico do Huse, Marcos Kröeger, também concordou com a intervenção federal. "Já que não se pode ser juiz de si mesmo, se houver a intervenção que

venham autoridades de fora, do próprio Ministério da Saúde, para que possam fazer uma avaliação isenta, já que nós estamos aqui numa sociedade muito pequena, todos se conhecem. Seria muito bom que as autoridades federais externas viessem ao Estado, em todas as esferas, administrativa, gerencial e profissional".

O presidente do CRM, José Júlio Seabra, lamenta que possa haver uma intervenção federal na pasta da saúde em Sergipe, mas também não emitiu juízo de valor a respeito da proposta do Sindimed. Ele acredita que existem quadros profissionais do Estado capazes de resolver o caos instalado, mas deixou claro que, independente de intervenção federal ou não, os problemas serão denunciado para a OMS e a Organização Pan-Americana de Saúde. Ele não estipulou uma data para fazer a denúncia e explicou que vai juntar toda documentação possível para que o relatório a ser entregue a estas organizações sejam bem fundamentas.

Sobre a ação civil pública por dano coletivo a ser movida contra o Estado, Júlio Seabra disse que a medida é necessária porque os médicos é quem vindo sendo res-

ponsabilizados pelos problemas que ocorrem no Huse quando, na verdade, foi a falta de capacidade gerencial e administrativa que contribuíram para o caos. Ele afirmou que vai reunir a categoria e assessoria jurídica para discutir como será impetrada a ação.

Questionado sobre qual é a solução para o Huse, Júlio Seabra afirmou o seguinte: "Nós não nomeamos gestores, não realizamos licitação, não promovemos compras, não somos nós os responsáveis pela falta de esparadrapo, agulha ou dipirona. Nós somos entidade pública, autarquia especial com função de cunho ético. O pedido de intervenção ética foi inédito no Brasil. Interdição administrativa é um atestado de incapacidade geracional. Nós como entidade pública só podemos fazer o que a lei permite. A lei nos faculta a ter ação ética, fiscalizadora e cartorial. A lei não nos faculta ser gestor", destacou.

A propósito, essa não foi a primeira vez que se tenta uma intervenção ética no Huse. O Ministério Público Estadual já fez essa tentativa em 2010, mas nunca foi aplicada porque prejudicaria toda a sociedade que depende, daquela unidade.